



LEI Nº. 330, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 66 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2019, compreendendo:

- I – as metas e riscos fiscais;
 - II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;
 - III – a organização e estrutura do orçamento;
 - IV – as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
 - V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
 - VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
 - VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
 - VIII – as Disposições Relativas ao Regime de Execução das Emendas Individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual;
 - IX – as disposições gerais.
- § 1º As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:



PRÉ-LEI DE ORÇAMENTO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2019, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I, composto dos seguintes demonstrativos:

I – das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2017;

III – das metas fiscais previstas para 2019, 2020 e 2021, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;

IV – da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

V – da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI – da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;



MUNICÍPIO DE PINTO PANDER
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

VII – da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;

VIII – da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do *caput* deverá ser re elaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Durante o exercício de 2019, a meta resultado primário prevista no demonstrativo referido no inciso I do *caput*, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 5º Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º Estão discriminados, no Anexo II, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2019, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2019 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também,



**PREFEITURA DE PINTO BANDEIRA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

**CAPÍTULO III
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDAS
DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2018/2021 – Lei nº 238, de 24 de maio de 2017 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2019 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 3º Na hipótese prevista no §2º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

**CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



PRÉ-ORÇAMENTO DE PINTO Guedes/2022
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI – Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§ 1º Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas atualizações.

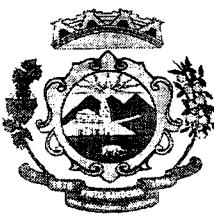
§ 3º A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 4º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Art. 6º Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.



BRASIL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL
MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 67 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

- I – texto da Lei;
- II – consolidação dos quadros orçamentários;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I – discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

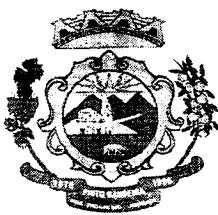
V – demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII – demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII – demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX – demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;



LEI ORÇAMENTÁRIA DA FEDERAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL

X – demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI – demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 9º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2019, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II – resumo da política econômica e social do Governo;

III – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV – memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V – demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2018 e a previsão para o exercício de 2019;

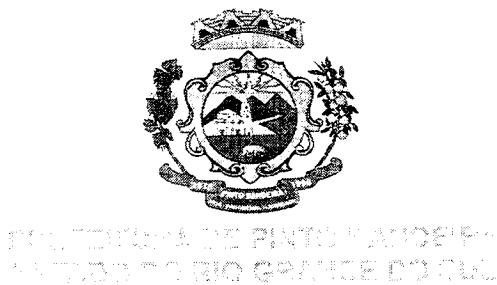
VI – relação dos precatórios a serem cumpridos em 2019 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VII – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as



empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos.

Parágrafo Único. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria de Administração, Desenvolvimento Econômico e Finanças, até 30 de agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2019 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12. Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

Parágrafo Único. A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2019.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA UNIDADE
ESTADUAL NO ORÇAMENTO DE 2018

§ 2º Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do Estado, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art.14. Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 3º desta lei.

II – cobertura de créditos adicionais;

III – atender ao disposto no art. 58 desta lei.

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o inciso I do *caput*, será fixada em, no mínimo, 1 % (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e III do *caput* não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

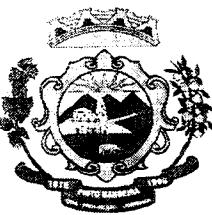
§ 3º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2018 se:

I – tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II – a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.



**PREFEITURA DE PINTO BANDEIRA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2019, em cada evento, não exceda a 02 (duas) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 17. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, dessa Lei.

Art. 18. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

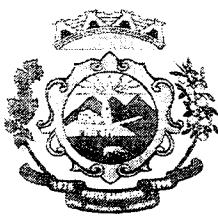
I – dos programas finalísticos e respectivas ações previsto no Plano Plurianual;

II – do m² das construções e do m² das pavimentações;

III – do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;

IV – do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V – do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.



LEI N.º 12.510, DE 2012
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 1º O controle de custos de que trata o *caput* será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 3º Os relatórios referidos no *caput* deverão ser disponibilizados em meio eletrônico de acesso ao público, em até 10 (dez) dias contados da data de sua emissão.

Art. 19. As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão descobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 03 (três) dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

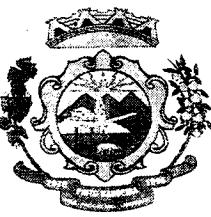
Seção II
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 20. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III – de aportes financeiros de recursos do Orçamento Fiscal;



LEI MUNICIPAL N.º 1.000
DE 12 DE JUNHO DE 2002

IV – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo Único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 21. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modifiquem conterá:

I – metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

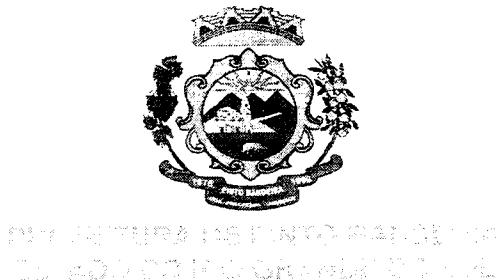
II – metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III – cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 22. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, e observado o disposto no § 2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;



II – obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V – diárias de viagem;

VI – festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII – horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I – despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III – as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

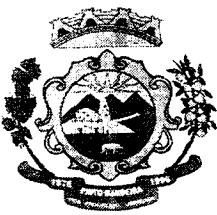
IV – as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.



EMBLEMA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
ESTADO DO ACRE

Art. 23. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º No caso da limitação de empenhos e movimentação financeira, observado o disposto no § 3º do art. 22 desta Lei, o repasse financeiro de que trata o *caput* será reduzido na mesma proporção.

§ 2º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadadas através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 3º Ao final do exercício financeiro de 2019, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 4º O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2020.

Art. 24. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 25. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção



de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2019, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2019, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 26. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo Único. No caso de despesas relativas às obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

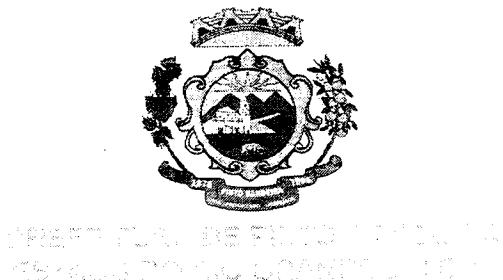
Seção IV Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 27. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2019 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontram em tramitação.



§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;
- II – créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2019;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2019, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 28. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de julho de 2019.

Parágrafo Único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2019, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo Único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou



BRASÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 31. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* também se aplica no caso da necessidade de alterações de codificações ou denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou para adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V
Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

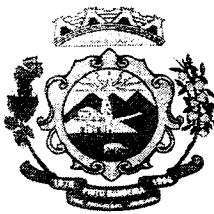
Subseção I
Das Subvenções Econômicas

Art. 32. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 33. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.



PREFEITURA DE PINTURAS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Subseção II
Das Subvenções Sociais

Art. 34. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III
Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 35. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2019; ou
- III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

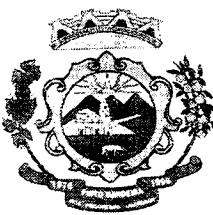
Parágrafo Único. No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

Art. 36. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV
Dos Auxílios

Art. 37. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

- I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;
- II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;



BRASÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

III – voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades benéficas de assistência social na área de saúde;

IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V – qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;

VI – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII – destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei nº 13.146/2015;

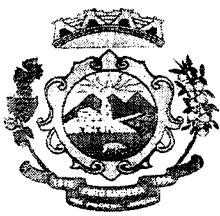
VIII – constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

IX – voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.



BRASIL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE PERNAMBUCO

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V

Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 38. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal no 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 – Contribuições”, “42 – Auxílio” ou “43 – Subvenções Sociais”;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

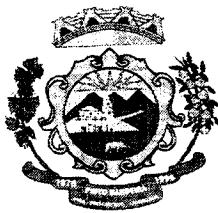
III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990;



REGRAS DE PESQUISA DE INFORMAÇÕES
ESTADUAIS DE RIO GRANDE DO SUL

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

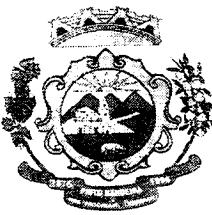
Parágrafo Único. Caberá a Secretaria responsável verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 39. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 40. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo Único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

- I – nome e CNPJ da entidade;
- II – nome, função e CPF dos dirigentes;
- III – área de atuação;
- V – endereço da sede;



PODER MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II – desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

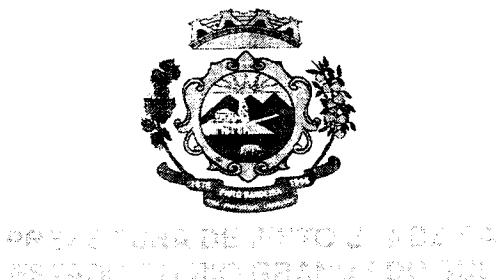
Parágrafo Único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Seção VI Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 44. Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I – concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II – pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;



III – formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I – desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II – integrem as cadeias produtivas locais;

III – empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV – adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

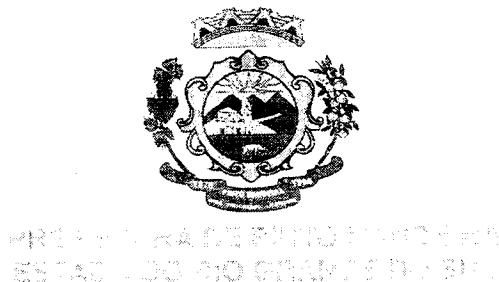
CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47. No exercício de 2019, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.



§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 50 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo Único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I – conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II – criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;

V – melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;



VI – proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII – proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII – melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II – declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 2º No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 06 (seis) meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

A handwritten signature is located in the bottom right corner of the page.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VIII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I – considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II – considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2019, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARÁ

Art. 53. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 52, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

I – a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II – proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 5% da Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2018.

Art. 55. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão



PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO REGIME DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS

Art. 56. O regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária de que tratam os §§ 9º a 18 do art. 166 da Constituição da República atenderão ao disposto neste Capítulo.

Art. 57. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecidos no § 11 do art. 166 da Constituição.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

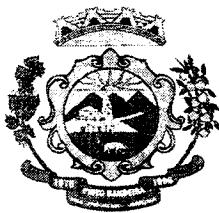
§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o *caput* comprehende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição.

§ 3º Se, durante o exercício financeiro de 2019, for verificada a frustração de receitas na forma estabelecida pelos §§ 3º e 4º do art. 2º desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 58. Para fins de atendimento ao disposto no art. 57, sem prejuízo da redução prevista no seu § 3º, o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 conterá reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida de que trata o *caput*, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no *caput* pelo número máximo de vereadores admitido pela Constituição Federal.



PRIVILEGIADA DE PIAUÍ DA BANDEIRA
ESTADO DO PIAUÍ CRISTO DO SUL

§ 3º É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira da emenda individual que desatenda ao disposto nos §§ 9º e 10 do art. 166 da Constituição Federal, ou os critérios estabelecidos neste artigo, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência de que trata o art. 14, II, desta Lei.

Art. 59. Para fins do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição, consideram-se, impedimentos de ordem técnica:

I – não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;

II – não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção V do Capítulo V desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;

III – desistência expressa do autor da emenda;

IV – incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

V – no caso de emendas relativas à execução de obras, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto;

VI – a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;

VII – a não indicação da Reserva de Contingência referida no art. 58 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§ 1º os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no § 14 do art. 166 da Constituição.

§ 2º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2019 poderão ser utilizadas como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 3º Além do disposto nos inciso I a VII, o Poder Executivo poderá, mediante decreto, estabelecer critérios e procedimentos adicionais relacionados aos casos de impedimentos de ordem técnica que trata o caput.

Art. 60. Caberá à contabilidade do Município, através de registros contábeis específicos, ou através de codificação a ser introduzida no sistema de execução financeira



e orçamentária, identificar e acompanhar a execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo Único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 62. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 238, de 24 de maio de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com esta lei:

I – as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II – as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III – as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

Assinatura da autoridade responsável pelo documento.



§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso II do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019, ficarem sem despesas correspondentes.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se no que couber às emendas sujeitas ao regime de execução de que trata o Capítulo IX desta lei.

Art. 63. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 69 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2018, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

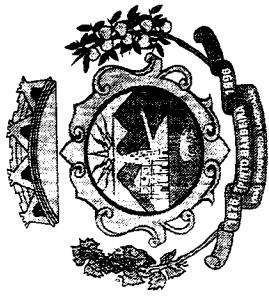
§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE PINTO BANDEIRA, aos seis dias do mês de junho de 2018.



HADAIR FERRARI
Prefeito Municipal



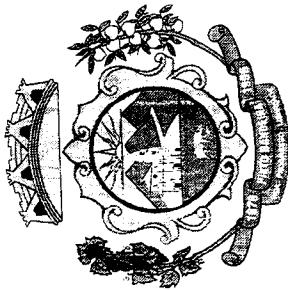
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 01	Câmara de Vereadores Programas	2019		Total
		Unidade de medida	Atividade	
	Ação			
	Produto			
01.01 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo			Atividade	Meta Física/ Valor
Atividade Mantida				1 460.000,00
01.02 - Manutenção do Serviço de Publicidade			Atividade	Meta Física/ Valor
Atividade Mantida				1 59.000,00
01.03 - Manutenção e Conservação do Prédio da Câmara			Unidade	Meta Física/ Valor
Prédio Conservado				1 81.000,00
				600.000,00
			TOTAL	600.000,00

OBJETIVO:Garantir o pleno funcionamento do Poder Legislativo equipando com móveis e outros equipamentos que se faz necessário no decorrer dos anos, dar maior transparência dos atos tomados pela Câmara Municipal. Garantindo o pagamento de salários e de suas obrigações, aquisições de troféus confraternizações e recepções.



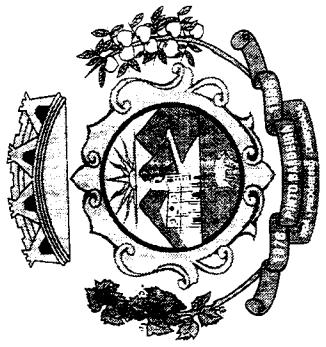
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 02	Gabinete do Prefeito			2019	Total
		Programas	Ação		
			Unidade de medida		
			Atividade	Meta Física/	
			Produto	Valor	
02.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete	Atividade Mantida			1	250.000,00
02.02 - Manutenção dos Serviços de Publicidade	Atividade Mantida			1	70.000,00
02.03 - Aquisição e Manutenção de Veículos	Veículo Adquirido			1	10.000,00
02.04 Manutenção das Associações e Confederações	Atividade Mantida			1	65.000,00
02.05 Manutenção da Segurança Pública	Atividade Mantida			1	60.000,00
					455.000,00
				TOTAL	

OBJETIVO: Garantir o perfeito funcionamento do Orgão com pagamento de salários e seus encargos, dar transparência dos atos com publicação dos mesmos, equipando o Gabinete com o que for necessário dar apoio a segurança pública e auxílios as entidades.



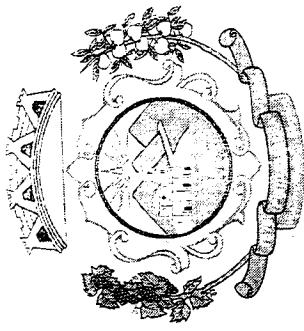
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 03 - Secretaria da Administração		2019		Total
Programas	Unidade de medida	Ação	Unidade de medida	
03.01 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração	Atividade	Meta Física/Valor	1	480.000,00
Atividade Mantida	Servidor	Meta Física/Valor	3	10.000,00
03.02 - Capacitação de Servidores	Servidor Capacitado	Meta Física/Valor	5	25.000,00
03.03 – Aquisição, Manutenção de Equipamentos, Móveis para Sec	Unidade	Meta Física/Valor	1	15.000,00
Equipamento Adquirido	Unidade	Meta Física/Valor	1	15.000,00
03.04 - Manutenção do Centro Administrativo Municipal	Unidade	Meta Física/Valor	1	15.000,00
Manutenção	Unidade	Meta Física/Valor	1	15.000,00
03.05 - Realização de Concurso Público	Atividade	Meta Física/Valor	1	130.000,00
Concurso Público	Atividade	Meta Física/Valor	1	130.000,00
03-06 - Programa Vale Alimentação	Atividade	Meta Física/Valor	1	18.000,00
Atividade Mantida	Atividade	Meta Física/Valor	1	18.000,00
03-07 - Informatização dos Serviços Municipais	Atividade Mantida	Atividade	Meta Física/Valor	1
03-08 - Consórcio Público	Atividade	Atividade	Valor	144.610,00
Nova Atividade, Manutenção		Valor	837.610,00	837.610,00
TOTAL				

OBJETIVO: Garantir o funcionamento das atividades da secretaria com pagamento de salários, aquisição de equipamentos e proporcionando capacitação dos servidores através de cursos, manutenção do Vale Alimentação e outras necessidades que se fizer necessário, bem como manutenção do consórcio público.



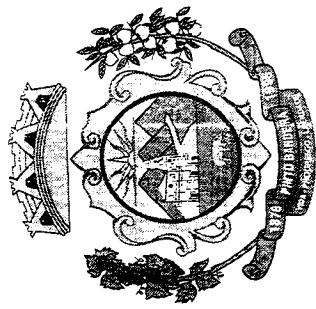
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 04	Secretaria da Fazenda	2019		Total
		Unidade de medida	Atividade	
	Ação			
	Produto			
04.01 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda		1	Meta Física/Valor	280.000,00
Atividade Mantida				
04.02 - Incentivo à Arrecadação		5	Meta Física/Valor	6.000,00
Campanha de Incentivo				
04.03 - Equipamentos e Móveis para Secretaria		7	Meta Física/Valor	18.000,00
Atividade Mantida				
04.04 - Manutenção dos Serviços de Informática		1	Meta Física/Valor	12.000,00
Atividade Mantida				
04.07 - Capacitação de Servidores		8	Meta Física/Valor	4.000,00
Servidor Capacitado				
	TOTAL			320.000,00
				320.000,00

OBJETIVO: Garantir o funcionamento das atividades da Secretaria da Fazenda e incentivar campanhas que valorizem o incremento da receita.



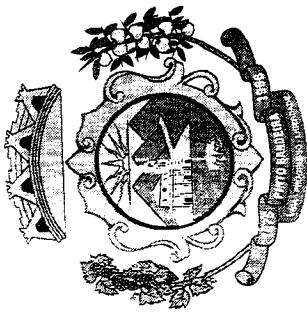
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 07.01 - Ensino Pré-Escolar e Creche				2019		Total	
Programas	Ação	Unidade de medida					
07.01.01 - Manutenção das Atividades do Educação Infantil	Produto	Atividade	Meta Física/Valor	1	220.000,00	220.000,00	
Atividade Mantida							
07.01.02 - Construção de Creche e Escola de Educação Infantil	Ação	Atividade	Meta Física/Valor	1	400.000,00	400.000,00	
Atividade Mantida							
07.01.03 - Curso de Aperfeiçoamento	Atividade	Unidade	Meta Física/Valor	15	3.500,00	3.500,00	
Servidores Capacitados							
07.01.04 - Equipamentos para Escolas Infantis	Equipamento	Equipos.	Meta Física/Valor	20	15.000,00	15.000,00	
Aquisição Equipamentos							
07.01.05 - Manutenção do Prédio	Atividade	Unidade	Meta Física/Valor	1	25.000,00	25.000,00	
Atividade Mantida							
07.01.06 - Transporte Escolar	Alunos	Meta Física/Valor	35	220.000,00	220.000,00	220.000,00	
Transporte Alunos Escola Infantil							
07.01.07 - Manutenção da Merenda Escolar	Atividade	Meta Física/Valor	50	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
Atividade Mantida							
TOTAL					903.500,00	903.500,00	

OBJETIVO: Garantir o Funcionamento da Educação Infantil, bem como dar condições para o seu desenvolvimento intelectual aprimorando seu convívio em grupo, apoiando as atividades pedagógicas, auxílio no transporte escolar, merenda e aumentando o atendimento o ingresso de alunos com menor idade.



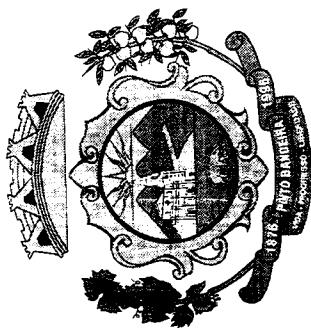
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 07.02 - Ensino Fundamental		2019		Total	
Programas	Ação	Unidade de medida	Atividade	Meta Física/Valor	
07.02.01 - Manutenção do Ensino Fundamental	Produto			1	710.000,00
Atividade Mantida					
07.02.02 - Conservação de Escolas	%	Meta Física/Valor	7	13.000,00	13.000,00
Conservação de Imóveis					
07.02.03 - Capacitação de Professores e Servidores	Prof.	Meta Física/Valor	40	4.000,00	4.000,00
Servidor Capacitado					
07.02.04 - Transporte Escolar	Alunos	Meta Física/Valor	360	350.000,00	350.000,00
Alunos Transportados					
07.02.05 - Auxílio a Estudantes	Alunos	Meta Física/Valor	50	3.000,00	3.000,00
Concessão de Auxílios a Estudantes					
07.02.06 - Turno Inverso	Alunos	Meta Física/Valor	60	25.000,00	25.000,00
Impalaiação de Turno Inverso					
07.02.08 - Merenda Escolar	Alunos	Meta Física/Valor	370	85.000,00	85.000,00
Alunos Alimentados					
07.02.09 - Manutenção da Secretaria da Educação	Atividade	Meta Física/Valor	1	25.000,00	25.000,00
Atividade Mantida					
TOTAL				1.215.000,00	1.215.000,00

CONTINUA.

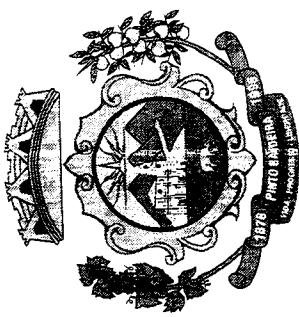


MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019
ANEXO I - PROGRAMAS

OBJETIVO: Garantir o Funcionamento da Educação Fundamental, com pagamento de salários e encargos o transporte escolar, merenda escolar bem como os convênios com a União e Estado, aprimorando seus profissionais com cursos de capacitação, equipando a secretaria e escolas quando for necessário, vale alimentação e outras atividades que se fazem necessárias para o desenvolvimento da educação.



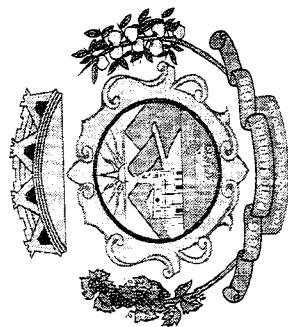
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019
ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 07.04 - Assistência ao Educando		2019		Total
Programas	Unidade de medida	Alunos	Meta Física/Valor	
Ação	Produto			
07.04.01 - Transporte Escolar Para o Ensino Médio e Superior		130	55.000,00	55.000,00
Transporte Gratuito de Estudantes				
07.04.02 - Auxílio a Cursos		1	6.000,00	6.000,00
Atividade Mantida				
07.04.03 - Atendimento a Educação Especial		1	18.000,00	18.000,00
Atividade Mantida				
07.04.04 - Educação para Jovens e Adultos (EJA)		1	6.000,00	6.000,00
Atividade Mantida				
07.04.05 - Construção de Pista Atletica		1	25.000,00	25.000,00
Quadras construídas				110.000,00
TOTAL				

OBJETIVO:Garantir aos educandos o transporte escolar gratuito, cursos de aperfeiçoamento como inglês, informática, italiano, canto e dança, entre outros.



MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

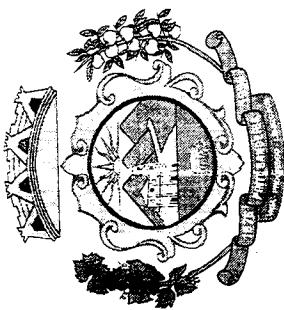
LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 09. - Turismo		2019		Total	
Programas	Unidade de medida	Ação	Unidade	Meta Física/Valor	Unidade
09.01 - Manutenção Calendário de Eventos		Produto		18	
Desenvolvimento Cultural				45.000,00	45.000,00
09.02 - Manutenção das Atividades da Secretaria					
Atividade Mantida			Unidade	Meta Física/Valor	1
09.03 – Promoção do Turismo e Atendimento Turístico				60.000,00	60.000,00
Atividade Mantida					
09.04 – Participação de Eventos e Feiras e Cursos			Unidade	Meta Física/Valor	1
				30.000,00	30.000,00
Atividade Mantida					
09.05 - Apoio à Prática de Esportes			Unidade	Meta Física/Valor	1
				12.000,00	12.000,00
Atividade Mantida					
TOTAL				50.000,00	50.000,00
				197.000,00	197.000,00

OBJETIVO: Garantir o funcionamento da Secretaria de Turismo com pagamento de salários seus encargos, equipando com o que for necessário, dando ênfase ao Patrimônio Histórico assessorando na elaboração do calendário de evento. Participar de eventos e apoiar o turismo interno.

MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

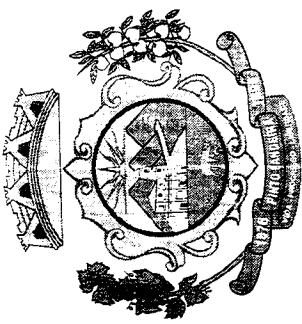
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 07.05 - Cultura		2019		Total	
Programas	Unidade de medida	Ação	Unidade de medida	Atividade	Meta Física/Valor
07.05.01 - Aquisição ou Locação Instalação Casa da Cultura				1	6.000,00
Desenvolvimento Cultural					6.000,00
07.05.02 - Manutenção dos Eventos Culturais				1	12.000,00
Desenvolvimento Cultural					12.000,00
07.05.03 - Manutenção da Banda Municipal Musical				4	30.000,00
Desenvolvimento Cultural					30.000,00
07.05.04 - Auxílio a Entidades para Preservação das Culturas				1	5.000,00
Desenvolvimento Cultural					5.000,00
07.05.05 - Instalação e Manutenção Museu Municipal				1	125.000,00
Desenvolvimento Cultural					125.000,00
07.05.06 - Restauração Manutenção do Patrimônio Cultural				1	3.000,00
Patrimônio Histórico					3.000,00
TOTAL					181.000,00

OBJETIVO:Garantir o desenvolvimento do departamento de cultura, bem como o incremento e acesso a acervos públicos biblioteca, museu, patrimônio histórico, incremento com eventos culturais.



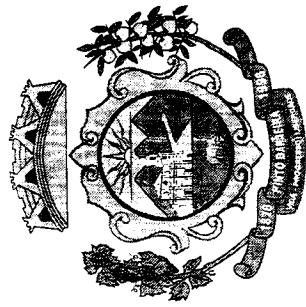
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 07.06 - Desporto		2019		Total
Programas	Ação	Unidade de medida	Atividade	Meta Física/Valor
07.05.09 - Construção, Manutenção, Ampliação Parques Esportivos	Produto		1	50.000,00
Desporto Comunitário				50.000,00
07.05.10 - Criação e Manutenção de Escolinhas de Esportes	Desporto Comunitário	Unidade	Meta Física/Valor	
			3	12.000,00
				12.000,00
				62.000,00
	TOTAL			62.000,00

OBJETIVO:Garantir o funcionamento do departamento de desporto, com participação em eventos, auxílios a prática de esportes como escolinhas para iniciantes e outras agremiações.



MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

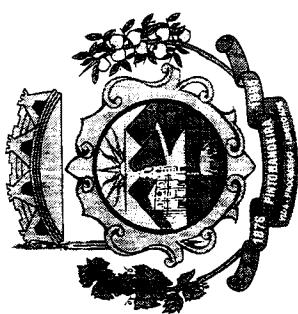
LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 06.07 - Habitação Programas		2019		Total	
Ação	Unidade de medida	Atividade	Meta Física/ Valor	Atividade	Meta Física/ Valor
06.07.01 - Adquirir Áreas de terra para implantação Loteamentos Populares		Atividade	1		5.000,00
Atividade Mantida		Atividade	5.000,00		5.000,00
06.07.02 - Manutenção do Departamento		Atividade	1		25.000,00
Atividade Mantida		Atividade	25.000,00		25.000,00
06.07.03 – Elaborar Plano Diretor		Atividade	1		20.000,00
Atividade Mantida		Atividade	20.000,00		20.000,00
TOTAL			50.000,00		50.000,00

OBJETIVO: Garantir o funcionamento do departamento de habitação com o incremento de aquisição e regularização de áreas de terra para a instalação de loteamentos populares, com a inserção de famílias em zona de alagamento.

MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



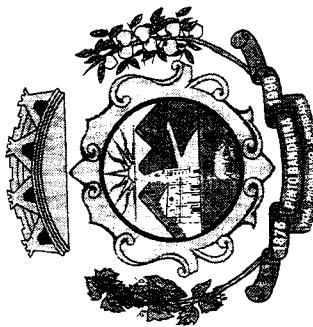
LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 06.01 - Saúde		2019		Total	
Programas	Unidade de medida	Ação	Unidade de medida	Produto	Ação
06.01.01 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Saúde	Atividade	Meta Física/Valor	Atividade	Meta Física/Valor	1
Atividade Mantida		570.153,99			570.153,99
06.01.02 - Manutenção dos Programa com Governo Federal e Estadual	Pessoas	Meta Física/Valor	1.720	400.000,00	400.000,00
População Atendida					
06.01.03 - Assistência Médico-Hospitalar	Pessoas	Meta Física/Valor	1.720	200.000,00	200.000,00
Convênios de Assistência Médico-Hospitalar					
06.01.04 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Sanitária	Atividade	Meta Física/Valor	1	30.000,00	30.000,00
Atividade Mantida					
06.01.05 - Aquisição de Medicamentos e Material Odontológico	Pessoas	Meta Física/Valor	1.720	350.000,00	350.000,00
Medicamentos Adquiridos e Material					
06.01.06 - Educação Permanente do quadro de Servidores da Saúde	Unidade	Meta Física/Valor	12	10.000,00	10.000,00
Servidores Capacitados					
06.01.07 - Saúde Mental	Unidade	Meta Física/Valor	300	35.000,00	35.000,00
População Atendida					
06.01.08 - Aquisição e Manutenção de Equipamentos	Equip.	Meta Física/Valor	12	30.000,00	30.000,00
Equipamentos					
TOTAL				1.625.153,99	1.625.153,99

CONTINUA:

MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

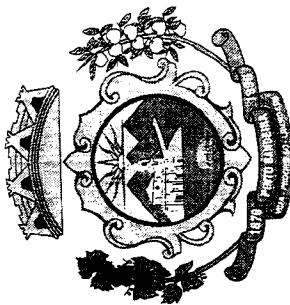
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 06.01 - Saúde		2019		Total	
Programas	Unidade de	Atividade	Meta Física/	Atividade	Meta Física/
Ação	de	Atividade	Valor	Atividade	Valor
Produto					
06.01.09 - Aquisição e Manutenção da Frota de Veículo					
Atividade Mantida					
06.01.10 Assistência Médica a População (contratação de médicos e técnicos profissionais na área de saúde)					
População Atendida					
06.01.11 Construção Posto de Saúde					
Prédio Construído					
TOTAL					
			2.545.153,99		2.545.153,99

OBJETIVO: Garantir o Funcionamento da Secretaria com pagamento de salários, encargos e contratação de profissionais das diversas áreas para atender as necessidades da população como médicos, enfermeiros técnicos e dar aperfeiçoamentos para os servidores como cursos de capacitação, aquisição de medicamentos da lista básica com inclusão de acordo com a comissão de Assistência Farmacêutica, e adesão a programa de saúde mental na atenção básica para saúde. Apoio material ao PSF, e contratação de exames e hospitais para a realização de procedimentos que ainda não possuímos na nossa unidade básica de saúde. Ampliar e ou construir a unidade básica de saúde para facilitar e dar maior atenção ao atendimento a população.



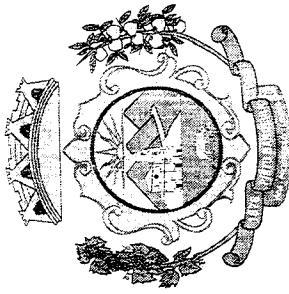
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 06.05 - Assistência Social		2019		Total	
Programas	Ação	Unidade de medida		Atividade	Meta Física/Valor
	Produto				1
06.05.01 - Manutenção da Assistência Social	Atividade Mantida	Atividade	Meta Física/Valor	51.000,00	51.000,00
06.05.02 - Assistência a Criança e ao Adolescente	Atividade Mantida	Atividade	Meta Física/Valor	1	30.000,00
06.05.03 - Assistência ao Idoso e a Família	Atividade Mantida	Atividade	Meta Física/Valor	30.000,00	30.000,00
06.05.04 - Auxílios e Subvenções e Benefícios Eventuais	Conceder Auxílio as Entidades	Entidades	Meta Física/Valor	1	16.000,00
06.05.05 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Adquiridos	Equipamentos	Meta Física/Valor	4	9.000,00
06.05.06 - Manutenção do Conselho Tutelar	Atividade Mantida	Atividade	Meta Física/Valor	3	60.000,00
				1	85.000,00
					251.000,00
				TOTAL	

OBJETIVO: Garantir a população o atendimento da assistência Social e do Conselho Tutelar, equipamento como o que for necessário, e a estrutura para a realização de suas atividades em prol da população menos assistida.



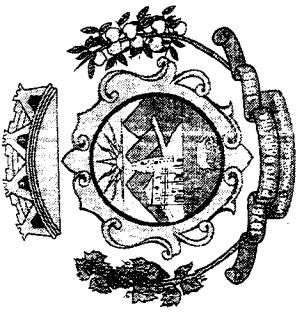
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 06.04 - Departamento de Esgoto Programas		2019		Total
Ação	Unidade de medida	Atividade	Meta Física/Valor	
06.04.01 - Manutenção e Ampliação da Limpeza Pública			1	160.000,00
Atividade Mantida			160.000,00	160.000,00
06.04.02 - Ampliação, Remodelação, Manut. Praças, Parques e Jardins	Unidade	Meta Física/Valor	1	25.000,00
Atividade Mantida			25.000,00	25.000,00
TOTAL			185.000,00	185.000,00

OBJETIVO:Garantir o funcionamento das atividades que se fazem necessárias ao Município bem como incentivando a separação do lixo com campanhas educativas, manter a terceirização da limpeza pública e coleta do lixo, dar condições as praças públicas.



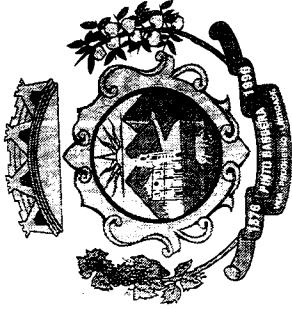
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019
ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 06.03 - Departamento de Água		2019		Total	
Programas	Unidade de medida	Atividade	Meta Física/Valor	Atividade	Meta Física/Valor
Ação			1		10.000,00
Produto					10.000,00
06.03.01 - Manutenção Sistema de Abastecimento de Água					
Atividade Mantida					
06.03.02 - Construção e Ampliação de Redes de Água			2		30.000,00
Poços Perfurados					30.000,00
06.03.03 - Ampliação e Conservação de Rede de Esgoto			15		670.000,00
Atividade Mantida					670.000,00
TOTAL					710.000,00

OBJETIVO:Garantir o funcionamento do departamento de água, bem como abertura de poços e ampliação de redes atingindo assim todas as famílias no Município com água potável, garantindo a manutenção dos poços e análise permanente da água com contratação de profissionais para a execução do trabalhos de acompanhamento e tratamento.



MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

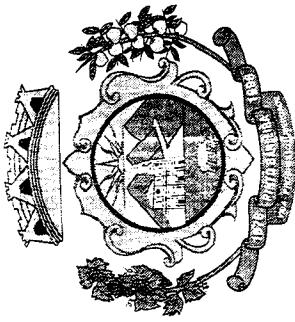
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 05.01 - Secretaria de Obras		2019		Total	
Programas	Ação	Unidade de medida	Unidade	Meta Física/Valor	Unidade
	Produto			1	
05.01.01 - Aquisição de Equipamentos para Arruamento.	Atividade Mantida	Unidade	Unidade	35.000,00	35.000,00
05.01.02 - Construção e Manutenção de Abrigos Públicos	Atividade Mantida	Unidade	Unidade	1	15.000,00
05.01.03 - Revitalização de Praças e banheiros Públicos	Atividade Mantida	Unidade	Unidade	15.000,00	15.000,00
05.01.04 - Aquisição Manutenção de Veículo, Máquinas e Implementos Rodoviários.	Atividade Mantida	Atividade	Atividade	1	120.000,00
05.01.05 - Abertura, Ampliação, Pavimentação, Conservação Estradas Municipais e Vias Públicas com Calçamento ou Asfalto	Atividade Mantida	Atividade	Atividade	650.000,00	650.000,00
05.01.06 - Aquisição de Terreno para Parque de Máquinas Construção de Prédio para Garagem de Máquinas.	Atividade Mantida	Atividade	Atividade	1	400.000,00
05.01.07 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras	Atividade Mantida	Unidade	Unidade	735.466,00	735.466,00
05.01.08 - Manutenção do Programa CIDE	Atividade Mantida	Unidade	Unidade	1	32.000,00
05.01.09 - Limpeza das Estradas Municipais	Atividade	Atividade	Atividade	150.000,00	150.000,00
05.01.10 - Aquisição de Imóveis	Unidade Adquirida	Unidade	Unidade	1	20.000,00
					20.000,00

05.01.11 - Capacitação de Servidores	Unidade	Meta Física/ Valor	20	
Servidores Capacitados			6.000,00	6.000,00
05.01.12 - Manutenção do Campo Municipal	Unidade	Meta Física/ Valor	1	12.001,00
Unidade Mantida			6.000,00	
TOTAL			4.163.466,00	4.169.467,00

CONTINUA: Garantir o funcionamento das atividades da Secretaria de Obras bem como manter em pleno estado de uso das estradas de acesso ao Município, aquisição manutenção da frota de veículos e máquinas, manter pontes pontilhões e a limpeza pública. Garantir o pagamento de salários e encargos a capacitação de seus servidores com curso de aperfeiçoamento.



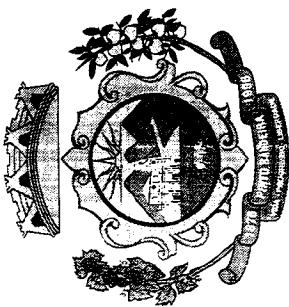
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 05.05 - Energia Elétrica		2019		Total
Programas				
Ação	Produto	Unidade de medida		
05.03.01 - Extensão de Rede Elétrica na Área Rural e Auxílio a Colocação de Rede Trifásica	Eletrificação Rural	Atividade	Meta Física/Valor	100.000,00
05.03.02 - Ampliação da Potência na Rede Elétrica	Iluminação Pública	Unidade	Meta Física/Valor	80.000,00
05.03.03 - Ampliação e Manutenção da Rede Pública	Iluminação Pública	Unidade	Meta Física/Valor	90.000,00
TOTAL				270.000,00

OBJETIVO:Garantir o funcionamento do departamento de Energia Elétrica, bem como ampliação de redes, de potência para fixação do homem na zona rural. Manutenção da iluminação pública urbana com troca de lampadas e substituição e instalação de braços para iluminação pública.



MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

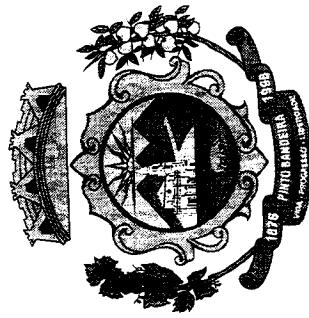
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I.DO 2019

ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 05.02 - Comunicação		2019		Total
Programas	Ação	Unidade de medida		
05.02.01 - Instalação e Manutenção Antenas Imagens Televisão	Produto	Atividade	Meta Física/Valor	
Telefonia Rural			1	
			6.000,00	6.000,00
	TOTAL		6.000,00	6.000,00

OBJETIVO:Garantir o funcionamento do departamento de comunicação bem como adquirir centrais de telefonia para a zona rural.



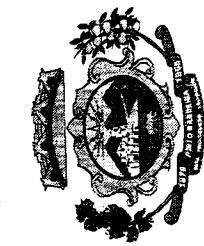
MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019 ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 05.04	Indústria	Programas	2019		Total
			Unidade de medida	Ação	
		Produto			
05.04.01 - Manutenção das Atividades do Distrito Industrial	Atividade Mantida		Atividade	Meta Física/Valor	
				1	12.000,00
					12.000,00
05.04.02 - Incentivo Instalação e Ampliação Empresas Geração Emprego e Renda	Empreend.		Empreend.	Meta Física/Valor	
				1	25.000,00
					25.000,00
05.04.03 - Manutenção, Conservação Ampliação, Construção de Pavilhões Aumento de Arrecadação	Campanha		Campanha	Meta Física/Valor	
				1	100.000,00
					100.000,00
					137.000,00
				TOTAL	137.000,00

OBJETIVO:Garantir o Funcionamento do departamento de Indústria, através de construções de novos módulos para a instalação de fábricas e novos empreendimentos.



MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

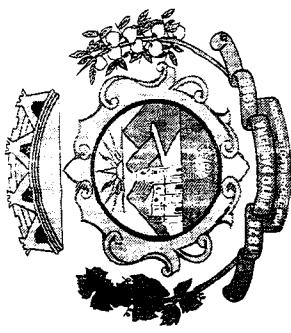
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019

ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 08	Secretaria da Agricultura	Programas	2019		Total
			Unidade de medida	Atividade	
		Ação			
		Produto			
08.01 - Manutenção das Atividades da Sec. Da Agricultura					
Atividade Mantida					
			Atividade	Meta Física/ Valor	
				1	110.000,00
08.02 - Convênio de Assistência Técnica					
Serviços de Assistência Técnica Profissional					
			Profissionais	Meta Física/ Valor	
				3	70.000,00
08.03 - Incentivo ao Agronegócio					
Terraplenagem, Projetos e Incentivo Financeiro					
			Construções	Meta Física/ Valor	
				5	55.000,00
08.04 - Formação do Pacote Agrícola					
Incentivo Financeiro, Máquinas, Veterinário					
			Produtores	Meta Física/ Valor	
				800	160.000,00
08.05 - Capacitação de Produtores					
Capacitação de Produtores Rurais					
			Produtores	Meta Física/ Valor	
				80	6.000,00
08.06 - Aquisição e Manutenção Máquinas, Veículos e Equipamentos					
Veículo e Equipamentos					
			Unidade	Meta Física/ Valor	
				1	500.000,00
08.07 - Programa de Irrigação					
Famílias Atendidas					
			Unidade	Meta Física/ Valor	
				5	16.000,00
08.08 - Implementação do Sistema Troca-Troca					
Famílias Atendidas					
			Unidade	Meta Física/ Valor	
				80	6.000,00
08.09 - Incentivo à Implementação Aviários e Pocilgas (Chiqueiros) Estufas					
Famílias Atendidas					
			Unidade	Meta Física/ Valor	
				8	30.000,00
08.10 - Auxílio a Produtores Rurais					
Famílias Atendidas					
			Unidade	Meta Física/ Valor	
				1	115.000,00
08.11 - Capacitação de Servidores					
Servidores Capacitados					
			Unidade	Meta Física/ Valor	
				9	6.000,00
					1.074.000,00
					TOTAL

OBJETIVO: Garantir o funcionamento das atividades da secretaria bem como auxiliar os produtores rurais com incentivo a permanecer em suas propriedades com horas máquinas, veterinário, inseminador e outros profissionais que for necessários para a fixação do homem no campo, tornando suas propriedades competitivas.



MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LDO 2019

ANEXO I - PROGRAMAS

Órgão: 05.03 - Meio Ambiente		2019		Total	
Programas	Unidade de medida	Ação	Atividade	Atividade	Meta Física/Valor
05.03.04 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente				1	65.000,00
Atividade Mantida					65.000,00
05.03.05 - Recolhimento e Destinação do Lixo			Familias	800	550.000,00
Familias Atendidas					550.000,00
05.03.06 - Licenciamento Ambiental			Familias	800	20.000,00
Licenciamento Realizado					20.000,00
TOTAL				635.000,00	635.000,00

OBJETIVO: Garantir o funcionamento do departamento , com terceirização na coleta de lixo bem como a sua destinação final.

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2016				2017				2018				2019				2020				2021				
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	6,29%	3,92%	3,58%	4,01%	4,02%	2,43%	3,01%	2,68%	3,01%	2,43%	10,00%	-9,02%	2,68%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%	2,94%
VARIACAO DO PIB	-3,60%	0,55%	2,43%	3,01%	3,01%	-7,77%	10,00%	-9,02%	-9,02%	-9,02%	10,00%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%
CRESCEIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	8,48%	-29,28%	-7,77%	-7,77%	-7,77%	-0,84%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
CRESCEIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-7,93%	-1,48%	-0,84%	-0,84%	-0,84%	143,20%	10,00%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%	60,84%
CRESCEIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	6,38%	28,74%	28,74%	28,74%	28,74%	-2,77%	-3,00%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%	-5,15%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	0,48%	-9,69%	-9,69%	-9,69%	-9,69%	-7,47%	-2,00%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%
CRESCEIMENTO REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	16,05%	10,23%	10,23%	10,23%	10,23%	6,08%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
CRESCEIMENTO REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	13,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	6,06%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	13,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	141,15%	10,00%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%	60,24%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	46,65%	29,57%	29,57%	29,57%	29,57%	7,31%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%	8,09%
CRESCEIMENTO DOS INVESTIMENTOS	13,75%	10,18%	6,50%	7,31%	7,31%	3,46	3,43	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	3,35	3,29	3,46	3,43	3,43	3,46	3,43	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Taxa de Câmbio																									

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens especiais/ámbica de receita e/ou grupo de natureza de despesa

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas									
CONTAS	CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA			REESTIMADA			PROJETADO	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2020	2021
Receitas Correntes									
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.188.280,35	13.263.210,71	14.012.848,71	15.856.800,00	16.005.972,72	17.276.112,17	19.688.078,47	5.277.379,26	
IRRF s/rend. Trabalho - Principal - Alívios/Inálios do Poder Executivo/Indústria	708.446,83	772.801,59	1.029.227,75	2.565.000,00	1.773.977,19	416.381,02	741.293,21		
IRRF s/rend. Trabalho - Principal - Alívios/Inálios do Poder Legislativo	155.469,70	197.992,42	155.647,48	250.000,00	249.183,77				11.132,00
Demais Impostos	3.579,67	2.222,83	3.860,99	3.000,00	3.741,99	6.252,94	2.223.387,06	3.382.725,55	
Taxas	443.907,67	474.621,91	747.810,04	2.065.000,00	1.330.562,93	190.488,50	316.310,00	566.681,50	
Contribuição de Melhoria	93.874,14	97.984,53	121.934,24	247.000,00					
Contribuições	11.614,65	-	43.385,64	54.000,00	36.632,02	39.085,76	41.657,24		
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	4.000,00	1.437,28	1.485,05	1.553,96	37.590,71	40.103,28
Contribuições Econômicas	-	-	43.385,64	50.000,00	35.194,74	221.036,47	236.084,05	251.863,95	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	112.477,95	101.347,53	249.743,79	225.701,00					
Receta. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	112.477,95	101.347,53	249.743,79	225.701,00	221.036,47	236.084,05	251.863,95		
Valores Mobiliários									
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	63.078,62	71.431,34	51.786,59	65.701,00	73.441,07	78.440,74	83.683,73		
Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	49.399,33	28.916,19	115.934,20	160.000,00	116.045,77	123.945,86	132.230,42		
Ramuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-	-	-	-	-	-	-		
Juros dos Títulos de Renda	-	-	-	82.023,00	-	31.549,84	33.697,45	35.949,80	
Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Recetas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Industrial	7.039,62	7.039,62	7.039,62	7.039,62	7.039,62	7.039,62	7.039,62	7.039,62	7.039,62
Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv. Econômico	14.507,52	22.710,00	58.862,48	196.900,00	104.728,36	111.857,98	119.334,59		
Demais Serviços	11.382.848,05	12.249.305,14	12.574.973,16	12.757.001,00	13.823.567,04	13.823.567,04	13.823.567,04	13.823.567,04	13.823.567,04
Transferências Correntes	8.567.209,76	8.838.631,86	8.376.421,66	8.847.000,00	9.463.063,77	9.359.437,21	9.359.437,21	9.359.437,21	9.359.437,21
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.707.087,39	7.281.350,41	6.918.894,98	7.000.000,00	7.749.059,92	7.645.261,68	7.657.238,11		
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota	278.588,45	307.569,82	350.000,00	349.802,26				345.657,31	
entregue no mês de Dezembro	302.359,39								
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	75.194,32	317.350,91	330.000,00	312.687,76	308.469,32	308.469,32	308.469,32	308.469,32	308.469,32
entregue no mês de Julho	3.303,77	3.126,10	3.000,00	3.445,75	3.399,80	3.399,80	3.399,80	3.399,80	3.399,80
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	2.946,53								
Contribuição da Companhia Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	749.300,61	670.400,33	455.049,72	500.000,00	597.183,81	588.184,37	588.184,37	588.184,37	588.184,37

1.7.1.8.03.0.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	236.570,90	281.766,53	239.371,33	240.000,00	287.449,58	299.005,06	310.785,86
1.7.1.8.04.0.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.05.0.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	486.214,63	38.809,90	100.042,03	124.000,00	97.315,00	101.227,07	105.215,41
1.7.1.8.06.0.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desonerização – L.C. N° 87/96	16.684,44	16.412,26	16.599,33	20.000,00	19.301,57	19.043,03	19.072,86
1.7.1.8.07.0.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	14.632,48	29.429,26	17.119,69	80.000,00	46.818,31	48.700,41	50.619,20
1.7.1.8.10.0.00.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.630.643,83	3.123.559,00	3.582.157,35	3.934.809,16	3.773.740,80	3.934.809,16	3.972.491,23
1.7.2.8.01.0.00.00.00.00	Cola-Parte do ICMS	2.322.542,73	2.625.715,01	2.925.693,94	3.200.000,00	3.179.816,89	3.316.089,79	3.340.920,23
1.7.2.8.02.0.00.00.00	Cola-Parte do IPVA	204.205,22	242.842,47	269.054,99	250.000,00	280.948,25	292.988,45	295.182,31
1.7.2.8.03.0.00.00.00	Cola-Parte do IP - Municípios	44.723,29	31.565,85	44.156,72	60.000,00	49.564,15	51.688,25	52.075,29
1.7.2.8.01.3.00.00.00	Cota-Parte na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	4.154,81	11.794,50	11.794,15	20.000,00	15.822,00	16.500,06	16.623,61
1.7.2.8.04.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.05.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	55.017,78	94.273,38	57.525,94	-	-	-	-
1.7.2.8.10.0.00.00.00	– Repasse Fundo a Fundo	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.99.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	-	217.686,79	273.951,71	-	188.692,78	196.278,23	204.011,59
1.7.3.0.00.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.3.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.0.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	154.995,47	287.214,48	617.394,25	580.000,00	536.347,62	529.163,27	529.982,21
1.7.5.8.01.1.10.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	-	-	-	-	-	-	-
1.7.6.0.00.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	137.046,45	56.810,89	58.000,00	96.446,50	100.323,65	104.276,40
1.9.0.00.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	-	17.084,52	56.810,89	58.000,00	48.838,60	50.801,92	52.803,51
1.9.1.0.00.0.00.00.00.00	Mulhas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	119.981,93	-	-	47.607,90	49.521,73	51.472,89
1.9.2.0.00.0.00.00.00.00	Indenizações, Restituições e Resarcimentos	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.2.0.1.2.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	119.951,93	-	-	47.307,90	49.521,73	51.472,89
1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Resarcimentos	-	-	-	-	-	-	-
1.9.3.0.00.0.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.03.0.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios da Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.06.0.00.00.00.00	Contrapartidas de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela InSCRIÇÃO em Dívida Ativa e Receitas de Ónus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.89.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.98.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	269.988,00	226.242,00	454.218,78	50.000,00	284.449,74	302.642,07	321.670,46
2.0.0.0.0.0.00.00.00.00	Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.1.0.0.0.0.00.00.00.00	Operações de Crédito	-	-	64.500,00	60.000,00	42.050,53	43.740,96	45.464,36
2.2.0.0.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.00.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.00.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.00.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.2.2.0.0.0.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.0.0.00.00.00.00	Amortização de Outras Instituições PÚblicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Capital	269.988,00	226.242,00	389.718,78	-	242.399,21	258.901,11	258.901,11
2.4.1.0.0.0.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	-	226.242,00	389.718,78	-	242.399,21	258.901,11	258.901,11
2.4.2.0.0.0.00.00.00.00	Transferências das Entidades e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.3.0.0.0.00.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições PÚblicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.0.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPSS - Principal	-	-	-	-	-	-	-

2.99.000.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-
7.000.000.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorcamentárias - RPPS	-	-	-
8.000.000.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorcamentárias	-	-	-
9.000.000.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	-	-	-
9.1.1.0.0.0.0.0.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	1.869.637,92	2.020.202,42	1.982.118,70
9.1.1.0.0.0.0.0.00.00	Deduções para o FUNDEB	(1.869.637,92)	(2.020.202,42)	(2.035.556,72)
9.1.1.0.0.0.0.0.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	-	-	(2.106.600,00)
9.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	(2.256.473,22)
10.598.640,43	11.489.260,29	12.441.948,79	13.800.000,00	14.053.949,15
10.598.640,43	11.489.260,29	12.441.948,79	13.800.000,00	14.053.949,15
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS				
				17.787.744,12

Município de : Pinto Bandeira
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

CONTAS	CONSOLIDADAS ANUAIS	PÁGA				PÁGA(Estim)	PROJETADO	PROJETADO
		2015	2016	2017	2018			
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.213.544,97	10.174.762,52	9.452.352,56	9.785.000,00	12.821.063,11	13.499.611,78	14.849.573,28
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.376.357,01	5.590.269,90	4.731.629,89	4.820.000,00	6.918.125,53	7.202.061,00	8.048.041,93
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	4.033.654,78	5.205.643,25	4.338.546,95	4.400.000,00	6.373.204,58	6.634.775,27	7.414.120,70
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	341.702,23	384.626,65	393.082,94	420.000,00	544.920,95	567.285,73	633.921,23
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal do RPSS	-	-	-	-	-	-	-
3.1.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPSS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.398.187,96	4.594.492,62	4.720.732,67	4.965.000,00	5.902.937,58	6.297.550,77	6.801.531,35
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	4.718.697,08	4.475.770,73	4.671.471,83	4.900.000,00	5.809.546,77	6.197.916,76	6.693.923,82
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	119.490,88	108.721,89	49.260,84	65.000,00	93.390,81	99.634,01	107.607,53
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPSS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	608.508,55	908.738,46	1.217.846,39	3.010.000,00	2.086.666,88	3.478.037,70	6.162.314,60
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	608.508,55	908.738,45	1.217.846,39	3.010.000,00	2.086.666,88	3.478.031,70	6.162.314,60
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	601.035,55	903.598,45	1.227.846,39	3.000.000,00	2.084.560,33	3.474.526,52	6.156.093,57
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	7.473,00	5.180,00	(10.000,00)	10.000,00	2.106,55	3.511,18	6.221,03
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos RPSS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPSS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
9.99.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPSS	-	-	-	-	-	-	-
9.99.99.99.99.99.02	TOTAL DAS DESPESAS PAGAS	9.822.053,52	11.083.500,97	10.670.208,95	12.795.000,00	14.053.949,15	15.332.816,22	17.757.744,12

Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS						
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	14.012.848,71	15.856.600,00	16.005.972,72	17.275.112,17	19.688.078,47	
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	14.012.848,71	15.856.600,00	16.005.972,72	17.275.112,17	19.688.078,47	
II - DEDUÇÕES						
IRRFs/Rendimentos do Trabalho						
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-	-	-	
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-	
Rendimentos de Aplicações de Rec.Prevideciários	-	-	-	-	-	
Deduções da Receita Corrente	1.982.118,70	2.106.600,00	2.236.473,32	2.244.938,02	2.252.004,81	
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	1.418.162,47	1.526.600,00	1.720.079,69	1.736.530,89	1.743.586,53	
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	13.289.384,01	15.023.600,00	15.236.653,33	16.344.061,07	18.427.234,98	

Município de : Pinto Bandeira

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

PODER EXECUTIVO	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	8.227.792,80	8.825.792,98	9.950.706,89
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	7.816.403,16	8.384.503,33	9.453.171,55
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	7.405.013,52	7.943.213,68	8.955.636,20

PODER LEGISLATIVO	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	914.199,20	980.643,66	1.105.634,10
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	868.489,24	931.611,48	1.050.352,39
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	822.779,28	882.579,30	995.070,69

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
 - II - criação de cargo, emprego ou função;
 - III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
 - IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
 - V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
 Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

TABELA 02 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes						
(-) Aplicações Financeiras em Geral	11.263.008,29	12.030.730,01	13.750.000,00	13.769.499,40	15.030.174,15	17.436.013,66
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	101.347,53	249.743,79	225.700,00	221.036,47	236.084,05	251.883,95
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	11.161.660,76	11.780.986,22	13.524.300,00	13.548.462,93	14.794.090,10	17.184.209,71
Receitas de Capital						
(-) Operações de Crédito	226.242,00	454.218,78	50.000,00	284.449,74	302.642,07	321.670,46
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	226.242,00	454.218,78	50.000,00	284.449,74	302.642,07	321.670,46
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	11.387.902,76	12.235.205,00	13.574.300,00	13.832.912,68	15.096.732,17	17.505.880,17
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
Despesas Correntes						
(-) Juros e Encargos da Dívida	9.452.362,56	9.785.000,00	9.785.000,00	12.821.063,11	13.499.611,78	14.849.573,28
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	10.174.762,52	9.452.362,56	9.785.000,00	12.821.063,11	13.499.611,78	14.849.573,28
Despesas de Capital						
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	908.738,45	1.217.846,39	3.010.000,00	2.086.666,88	3.478.037,70	6.162.314,60
(-) Aquisição de Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	908.738,45	1.217.846,39	3.010.000,00	2.086.666,88	3.478.037,70	6.162.314,60
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	11.083.500,97	10.670.208,95	12.795.000,00	14.907.729,99	16.977.649,47	21.011.887,88
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	11.387.902,76	12.235.205,00	13.574.300,00	13.832.912,68	15.096.732,17	17.505.880,17
ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	11.387.902,76	12.235.205,00	13.574.300,00	13.832.912,68	15.096.732,17	17.505.880,17
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
Consolidado						
4.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos -						

4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	-	-	-	-
Inter Ofss - União	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	-	-	-	-
Inter Ofss - Estado	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	-	-	-	-
Inter Ofss - Município	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos	-	-	-	-
Consolidação	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	-	-	-	-
- Consolidação	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	-	-	-	-
- Inter Ofss - União	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	-	-	-	-
- Inter Ofss - Estado	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	-	-	-	-
- Inter Ofss - Município	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos	-	-	-	-
- Consolidação	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-
SENHA DO BLOCO DE TITULOS ATIVOS (VIII)	0	0	0	0
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.016	2.017	2.018	2.020
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
Projecção	Projecção	Projecção	Projecção	Projecção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-

3.4.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliaria - Consolidação	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-
	0	0	0	0	0

RESULTADO NÔMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII + IX)

304,402,719 1,564,996,05 779,300,00 1,074,817,31 - 1,880,917,30 3,506,007,71

**Município de Pinto Bandeira
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO**

— Lembre-se de que o trabalho deve ser feito para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, e a Despesa Total.

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas e os resultados a serem alcançados, no âmbito da Administração Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais (liquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e o capital) e encerram a maior entidade, e as receitas secundárias correspondem às receitas de investimentos permanentes e temporários;

2 - As despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e encargos, impostos e receitas imobiliárias e despesas primárias remarcantado a diferença entre o
exercício e o exercício anterior.

3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre os resultados obtidos a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, expressos em reais, e o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA.

4 - o resultado nominal calculado em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Premissas e Metodologia Utilizadas: As estimativas foram elaboradas na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda

1.1- Os parâmetros macroeconômicos utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a inclusão de comércio exterior e serviços, e os indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a inclusão como veracidade e relacionadas, por exemplo, ao índice de corrente e em valores constantes (sem inflação) (2015, 2016 e 2017) e os valores restituídos para o exercício atual (2018), além das premissas consideradas para o cálculo da estimativa de receita.

arecada nos últimos 10 anos, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas que contribuem para o crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da transferência da União e do Estado, dentre outros.

IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das suas obrigações, o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo das populações e das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como os principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que para 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de aumento acima dos níveis inflacionários.

Quero ponto importante a ser destacado é que a **reforma do Município**, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública, considerando 2,68 % e 2,64 % das taxas de inflação (IPCA), de 4,07 %, 4,02 % e 3,96 %, respectivamente, cuja projeção é de 2001/02.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia establecida na Portaria STN nº 495/2017 e suas alterações. Os resultados obtidos para o resultado primário e para o resultado nominal são apresentados no anexo 10.

8. Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram tacitamente levados a zero, conforme consta no resultado final.

TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida					
Operações de Crédito / Pagamentos	2.016		2.017		2.020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	2.021
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exeto RPPS	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exeto RPPS	-	-	-	-	-

— 1 — **U**nde **é** um **constante** **total** **anilado**?

Divida Pública Consolidada - das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, celebrados ou a serem celebrados, com o Poder Executivo, para amortização de dívidas superiores a doze meses ou que, embora de prazo

- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de Operações de Capital para aniversário

infecções 2. doze meses, teriam constado como receitas no orçamento.

interior a oco mesas, tenham conversaçõe dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Divida Consolidada Líquida - DCL. – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2019		2020		2021		R\$ 1,00		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a)	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias RPPS (I)	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Despesa Total RPPS	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias RPPS (II)	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário RPPS (I - II)	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparéncia à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de: Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2019

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)		% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	Variação (%) = (c/a) x 100
				90,05%	12.484.948,79				
Receita Total	11.967.133,80	90,05%	90,05%	12.170.705,00	93,95%	91,58%	203.571,20	1,70%	
Receita Primárias (I)	11.967.133,80	90,05%	92,03%	10.670.208,95	80,29%	80,29%	1.560.419,40	-12,76%	
Despesa Total	12.230.628,35	92,03%	92,03%	10.670.208,95	80,29%	80,29%	1.560.419,40	-12,76%	
Despesa Primárias (II)	12.230.628,35						1.763.990,60	-669,46%	
Resultado Primário (I-II)	- 263.494,55	-1,98%		1.500.496,05		11,29%			
Resultado Nominal	-	0,00%				0,00%			
Divida Pública	-					0,00%			
Consolidada	-					0,00%			
Divida Consolidada	-					0,00%			
Líquida	-								

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 1.205.701,58, valor 16,07 % superior à meta estabelecida, que era de R\$ 75.010,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) << foi / não foi >> capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2019

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Variação %	VALORES A PREÇOS CORRENTES			2020	Variação %	2021	Variação %
				2018	Variação %	2019				
Receita Total	- 11.967.133,80	0	-100,00%	14.053.949,15	0	15.332.816,22	9,10%	17.757.744,12	15,82%	
Receitas Primárias (I)	- 11.967.133,80	0	-100,00%	13.832.912,68	0	15.096.732,17	9,14%	17.505.880,17	15,96%	
Despesa Total	- 12.230.628,35	0	-100,00%	14.907.729,99	0	16.977.649,47	13,88%	21.011.887,88	23,76%	
Despesas Primárias (II)	- 12.230.628,35	0	-100,00%	14.907.729,99	0	16.977.649,47	13,88%	21.011.887,88	23,76%	
Resultado Primário (I - II)	- 263.494,55	0	-100,00%	1.074.817,31	0	1.880.917,30	75,00%	3.506.007,71	86,40%	
Resultado Nominal	-	0	-	1.074.817,31	0	1.880.917,30	75,00%	3.506.007,71	86,40%	
Dívida Pública Consolidada	-	0	-	0	-	0	-	-	-	
Dívida Consolidada Líquida	-	0	-	0	-	0	-	-	-	

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Variação %	VALORES A PREÇOS CONSTANTES			2020	Variação %	2021	Variação %
				2018	Variação %	2019				
Receita Total	- 12.395.557,19	0	-100,00%	13.504.323,19	-	14.163.791,54	4,88%	15.782.023,19	11,43%	
Receitas Primárias (I)	- 12.395.557,19	0	-100,00%	13.291.931,08	-	13.945.707,32	4,92%	15.558.181,55	11,56%	
Despesa Total	- 12.668.484,84	0	-100,00%	14.324.714,12	-	15.683.217,26	9,48%	18.674.111,96	19,07%	
Despesas Primárias (II)	- 12.668.484,84	0	-100,00%	14.324.714,12	-	15.683.217,26	9,48%	18.674.111,96	19,07%	
Resultado Primário (I - II)	- 272.927,65	0	-100,00%	1.032.783,04	0	1.737.509,94	68,24%	3.115.930,41	79,33%	
Resultado Nominal	-	0	-	1.032.783,04	0	1.737.509,94	68,24%	3.115.930,41	79,33%	
Dívida Pública Consolidada	-	0	-	0	-	0	-	0	0	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	-	0	-	0	-	0	-	0	0	

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Despesas Consolidada e Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,							R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%	
Patrimônio/Capital	11.223.045,93	58,63%	4.854.058,07	43,25%	-	0,00%	
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%	
Resultado Acumulado	7.919.600,47	41,37%	6.368.987,86	56,75%	4.854.058,07	100,00%	
TOTAL	19.142.646,40	100,00%	11.223.045,93	100,00%	4.854.058,07	100,00%	

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos	-	-	-	-	-	-
Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	11.223.045,93	58,63%	4.854.058,07	43,25%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	7.919.600,47	41,37%	6.368.987,86	56,75%	4.854.058,07	100,00%
TOTAL	19.142.646,40	100,00%	11.223.045,93	100,00%	4.854.058,07	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", ou "Lucros ou Prejuízos Acumulados" o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 4.854.058,07 em 31.12.2015 para R\$ 7.919.600,47 em 31.12.2017

Município de : Pinto Bandeira

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (IRF, art.4º, §2º, inciso III)

		2017	2016	R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS				
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015				
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos III				
Alienação de Bens Móveis	64.500,00			
Alienação de Bens Imóveis	64.500,00			
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	-			
DESPESAS EXECUTADAS		2017	2016	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	-			
Inversões Financeiras	-			
Amortização da Dívida	-			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.				
Regime Geral de Previdência Social	-			
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-			
SALDO FINANCEIRO				
Valor (III)		64.500,00		

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos".

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)				R\$ 1,00		
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/S/ BENEFICIÁ	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
IPTU	DESCONTOS		17.000,00	17.683,40	18.380,13	Vide Obsevação Pagamento em cota única
TOTAL			17.000,00	17.683,40	18.380,13	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2020 e 20210, foram claculados a partir dos valores de 2019 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 20: 4,02%

Inflação para 20: 3,94%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pojs a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTO	Valor Previsto 2019	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	(931.419,91)	
Decorrente de Receitas Tributárias	(952.227,03)	
Decorrente de Transferências Correntes	20.807,13	
(+) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB	13.833,99	
	(917.585,91)	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(917.585,91)	
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III) = (I+II)		
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.184.360,22	
Novas DOCC	1.655.013,45	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	529.336,77	
Relativas a Outras Despesas Correntes		
Novas DOCC Geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		SEM MARGEM

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2018, adequare-se-ão às

Município de : Pinto Bandeira
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	-		
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avalis e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustraçao de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	-	TOTAL	-

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

R\$ 1,00